

**MEMORANDUM OF UNDERSTANDING  
BETWEEN THE TRANSPORT CANADA CIVIL AVIATION  
AND THE NATIONAL CIVIL AVIATION AGENCY OF  
BRAZIL FOR THE PROMOTION OF CIVIL AVIATION  
SAFETY**

The Transport Canada Civil Aviation (TCCA), and the National Civil Aviation Agency of Brazil (ANAC), hereinafter referred to as the "Authorities":

Considering the *Convention on International Civil Aviation*, done at Chicago on 7 December 1944, to which Canada and the Federative Republic of Brazil are Parties;

Desiring to promote aviation safety and environmental quality;

Noting their common concerns for the safe operation of civil aircraft;

Recognizing the emerging trend towards multinational design, production, and interchange of civil aeronautical products;

Desiring to enhance cooperation and increase efficiency in matters relating to civil aviation safety on the basis of equality, reciprocity and mutual benefit;

Considering the possible reduction of the economic burden imposed on the aviation industry by redundant technical inspections, evaluations and testing;

Recognizing the mutual benefit of procedures for the reciprocal acceptance of certificates and approvals;

Have reached the following understanding:

1.(a) The Authorities will facilitate recognition and acceptance of the other Authority's certificates/approvals and provide cooperation and assistance on activities within the following areas:

- (i) Initial and continued airworthiness approvals as well as environmental approvals of civil aeronautical products;
- (ii) flight simulators approvals and monitoring;
- (iii) maintenance personnel and airmen approvals (including, among others professionals, pilots, flight engineers, flight radio operators or flight attendants);
- (iv) design, production, maintenance, and training organisations certifications/approvals as practicable.

(b) The cooperation between the Authorities may include:

- (i) perform activities on behalf or in support of each other upon request;
- (ii) establish channels for the exchange of information and data, as appropriate;
- (iii) provide training; and
- (iv) other forms of civil aviation safety cooperation they may jointly decide upon.

2.(a) When necessary, the Authorities will cooperate to understand each other's systems, including standards, rules, practices and procedures, to develop Implementation Procedures in the areas described in paragraph 1 of this MoU.

2.(b) When the Authorities jointly conclude that their systems are sufficiently compatible and provide equivalent level of safety, they may develop Implementation Procedures to detail the scope of their activities, their respective and joint roles, and their working procedures.

2.(c) The Implementation Procedures will take the title of the scope of activities they describe.

3. The activities performed under this MoU will not impose additional costs for the Authorities or the Industry.

4. The Authorities will not release information marked classified as proprietary data to third parties without consent of the owner.

5. The Authorities understand that, in the case of conflicting interpretations of standards and other criteria, and after having discussed all technical subjects, the interpretation of the Authority that issued that standard or criteria will prevail.

6. Unless they jointly decide otherwise in writing, the Authorities will prepare and submit all correspondence and documentation under this MOU in the English language.

7. The Authorities will implement this MOU in accordance with procedures and conditions set out by their respective Branches as they jointly decide upon, within the scope of this MOU.

8. Each Authority will designate its appropriate Branches as its executive agent(s) to implement this MOU and to develop and maintain the Implementation Procedures.



9.(a) This MOU will take effect on the date of signature by both Authorities.

9.(b) The Authorities may amend this MOU upon their mutual written consent.

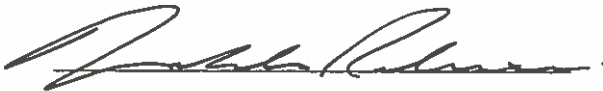
9.(c) Either Authority may terminate this MOU by giving a 60 days written notice to the other Authority.

9.(d) The Authorities understand that such termination will also terminate all existing Implementation Procedures under this MOU.

9.(e) Notwithstanding termination, the Authorities will continue to fulfill the obligations regarding the approval/certificates issued prior to the termination aiming to minimize the impact to the approval/certificate holders.

Signed in the English, French and Portuguese languages, each version being equally valid. In case of difficulties in the interpretation, the English version will prevail.

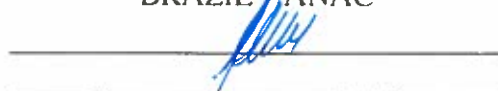
FOR THE TRANSPORT CANADA  
CIVIL AVIATION



**Nicholas Robinson**  
**Director General, Civil Aviation**

Signed at *Ottawa*.....  
On *25 Jan 2019*.....

FOR THE NATIONAL CIVIL  
AVIATION AGENCY OF  
BRAZIL - ANAC



**José Ricardo Pataro Botelho de  
Queiroz**  
**Director-President**

Signed at *Brasília*.....  
On *16 Nov 2018*.....

# **MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O TRANSPORT CANADA CIVIL AVIATION E A AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL**

A Transport Canada Civil Aviation (TCCA), e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), doravante referidos como as "Autoridades":

Considerando a Convenção Internacional de Aviação Civil, realizada em Chicago em 07 de dezembro de 1944, da qual o Canada e a República Federativa do Brasil são Partes;

Desejando promover a segurança da aviação e a qualidade do meio ambiente;

Notando interesses comuns pela operação segura das aeronaves civis;

Reconhecendo a crescente tendência da multinacionalidade de projeto, produção e intercâmbio de produtos aeronáuticos civis;

Desejando ampliar a cooperação e aumentar a eficiência em assuntos relativos à segurança da aviação civil, com base na igualdade, reciprocidade e benefício mútuo;

Considerando a possível redução do ônus econômico imposto à indústria aeronáutica pela redundância de inspeções técnicas, avaliações e ensaios;

Reconhecendo o benefício mútuo de procedimentos para a aceitação recíproca de certificados e aprovações;

Alcancaram o seguinte entendimento:

1.(a) As Autoridades irão facilitar o reconhecimento e aceitação dos certificados/aprovações da outra Autoridade o prover cooperação e assistência em atividades dentro das seguintes áreas:

- (i) Aprovações de aeronavegabilidade inicial e continuada, bem como aprovações ambientais de produtos aeronáuticos civis;
- (ii) Aprovações e monitoramento de simuladores de voo;
- (iii) Aprovações de pessoal de voo e de manutenção (incluindo pilotos, engenheiros de voo, operadores de rádio, comissários, entre outros);
- (iv) Aprovações/certificados de organizações de projeto, produção, manutenção, e treinamento conforme praticável.

(b) A cooperação entre as Autoridades pode incluir:



- (i) realização de atividades em nome de, ou em suporte à outra autoridade, mediante solicitação;
- (ii) estabelecimento de canais de comunicação para o compartilhamento de informações e dados, conforme apropriado;
- (iii) fornecimento de treinamento; e
- (iv) outras formas de cooperação para a segurança da aviação civil que venham a decidir conjuntamente.

2.(a) Quando necessário, as Autoridades irão cooperar para obter entendimento de seus sistemas, incluindo requisitos, regulamentos, práticas e procedimentos, para desenvolver Procedimentos de Implementação nas áreas descritas no parágrafo 1 deste Memorando de Entendimento.

2.(b) Quando as Autoridades concluírem conjuntamente que seus sistemas são suficientemente compatíveis e possuem níveis de segurança operacional equivalentes, elas poderão desenvolver Procedimentos de Implementação para detalhar o escopo de suas atividades, suas responsabilidades específicas e conjuntas, e seus procedimentos de trabalho.

2.(c) Os Procedimentos de Implementação terão o título como o escopo das atividades que eles descrevem.

3. As atividades desempenhadas sob este Memorando de Entendimento não imporão custos adicionais às Autoridades ou à Indústria;

4. As Autoridades não divulgarão informação classificada como dados proprietários à terceiros sem o consentimento do proprietário.

5. As Autoridades entendem que, em caso de conflito de interpretação de requisitos e outros critérios, e após ter discutido todo conteúdo técnico, a interpretação da Autoridade que emitiu o requisito ou critério em questão prevalecerá.

6. A menos que conjuntamente decidido de outra forma por escrito, as Autoridades irão preparar e submeter toda correspondência e documentação sob este Memorando de Entendimento em língua inglesa.

7. As Autoridades implementarão este Memorando de Entendimento de acordo com procedimentos e condições estabelecidas pelas suas respectivas Unidades Organizacionais quando conjuntamente decidido, dentro do escopo deste Memorando de entendimento.

8. Cada Autoridade irá designar sua Unidade Organizacional apropriada como seu agente executivo para implementar este Memorando de Entendimento e para desenvolver e manter os Procedimentos de Implementação.

9.(a) Esse Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de assinatura pelas duas Autoridades.

9.(b) As Autoridades poderão emendar esse Memorando de Entendimento por meio de acordo mútuo, por escrito.

9.(c) Qualquer das Autoridades poderá denunciar este Memorando de Entendimento por meio de notificação por escrito com 60 dias de antecedência à outra Autoridade.

9.(d) As Autoridades reconhecem que tal denúncia implicará, também, na denúncia de todos os Procedimentos de Implementação existentes sob este Memorando de Entendimento.

9.(e) Independentemente da denúncia, as Autoridades continuarão a cumprir suas obrigações relativas aos certificados/aprovações emitidos antes da denúncia, objetivando minimizar o impacto aos detentores destes certificados/aprovações.

Assinado em Inglês, Francês e Português, sendo cada versão igualmente válida. Em caso de dificuldades de interpretação, a versão em Inglês prevalecerá.

PELO TRANSPORT CANADA  
CIVIL AVIATION



Nicholas Robinson  
Diretor Geral, Aviação Civil

Assinado em OTAWA...  
Data 25 Jan 2019...

PELA AGÊNCIA NACIONAL DE  
AVIAÇÃO CIVIL



José Ricardo Pataro Botelho de  
Queiroz  
Diretor Presidente

Assinado em Brasília...  
Data 16 NOV 2018...

**PROTOCOLE D'ENTENTE  
ENTRE TRANSPORTS CANADA – AVIATION CIVILE  
ET L'AGENCE NATIONALE DE L'AVIATION CIVILE DU  
BRÉSIL CONCERNANT LA PROMOTION DE LA SÉCURITÉ  
DE L'AVIATION CIVILE**

Transports Canada – Aviation civile (TCAC) et l'Agence nationale de l'aviation civile du Brésil (ANAC), ci-après désignés sous le nom « Autorités » :

Considérant la *Convention relative à l'aviation civile internationale* signée à Chicago le 7 décembre 1944, à laquelle le Canada et la République fédérative du Brésil sont parties;

Désirant faire la promotion de la sécurité aérienne et de la qualité de l'environnement;

Constatant l'existence de préoccupations communes à l'endroit de la sécurité de l'exploitation des aéronefs civils;

Reconnaissant la nouvelle tendance à l'internationalisation de la conception, de la fabrication et de l'échange de produits aéronautiques civils;

Désirant améliorer la coopération et accroître l'efficacité en ce qui a trait aux enjeux liés à la sécurité de l'aviation civile sur une base d'égalité, de réciprocité et d'avantage mutuel;

Considérant la réduction possible du fardeau économique que les inspections, les évaluations et les essais techniques redondants font peser sur l'industrie de l'aviation;

Reconnaissant les avantages mutuels qui découlent de l'acceptation réciproque des certifications et approbations;

ont convenu de ce qui suit :

1. (a) Les Autorités faciliteront la reconnaissance et l'acceptation des certifications et approbations de l'autre Autorité et offriront leur coopération et leur assistance en ce qui concerne les activités suivantes :

- (i) approbation initiale et maintien de la navigabilité, et approbation environnementale des produits aéronautiques civils;
- (ii) approbation et surveillance des simulateurs de vol;
- (iii) approbation du personnel de maintenance et navigant (y compris, entre autres professionnels, les pilotes, les mécaniciens de bord, les opérateurs radio navigants et les agents de bord);



(iv) dans la mesure du possible, certification et approbation des organismes de entraînement, conception, fabrication et de maintenance.

(b) La coopération entre les Autorités pourrait porter sur :

- (i) l'exécution d'activités pour le compte de l'autre Autorité ou dans une optique de soutien réciproque, sur demande;
- (ii) l'établissement de voies de communication permettant d'échanger des renseignements et des données, selon ce qui s'avère approprié;
- (iii) l'offre de formation;
- (iv) d'autres formes de coopération en matière de sécurité de l'aviation civile définies sur la base d'une décision conjointe.

2. (a) Au besoin, les Autorités travailleront en collaboration afin de comprendre les systèmes de l'autre Autorité, y compris les normes, règles, pratiques et procédures, dans le but d'élaborer des procédures de mise en œuvre dans les domaines décrits au paragraphe 1 du présent PE.

2. (b) Lorsque les Autorités conviennent conjointement que leurs systèmes sont suffisamment compatibles et offrent un niveau de sécurité équivalent, elles peuvent élaborer des procédures de mise en œuvre qui définissent la portée de leurs activités, leurs rôles respectifs et conjoints ainsi que leurs procédures de travail.

2. (c) Les procédures de mise en œuvre porteront le nom de la portée des activités qu'elles décrivent.

3. Les activités entreprises dans le cadre du présent PE n'entraîneront pas de coûts additionnels pour les Autorités ou l'industrie.

4. Les Autorités ne divulgueront pas d'informations classifiées en tant que données exclusives à une tierce partie sans obtenir le consentement du propriétaire desdites données.

5. Les Autorités comprennent qu'en cas d'interprétation contradictoire d'une norme ou d'un autre critère, et suite à la discussion de tous les aspects techniques, c'est l'interprétation de l'Autorité qui a publié la norme ou le critère en question qui prévaudra.

6. À moins d'une décision conjointe par écrit énonçant des dispositions contraires, les Autorités rédigeront et soumettront toute la correspondance et la documentation relatives au présent PE en anglais.



7. Les Autorités mettront le présent PE en œuvre conformément aux procédures et aux conditions établies par leur Direction générale respective, selon leur décision conjointe, dans le champ d'application du présent PE.

8. Chaque Autorité désignera la ou les Directions générales appropriées en tant qu'agents exécutifs pour la mise en œuvre du présent PE et l'élaboration et le maintien des procédures de mise en œuvre.

9. (a) Le présent PE entrera en vigueur à la date à laquelle les deux Autorités y apposeront leur signature.

(b) Les Autorités peuvent modifier le présent PE si toutes deux y consentent par écrit.

(c) Chaque Autorité peut résilier le présent PE en adressant un préavis écrit de 60 jours à l'autre Autorité.

(d) Les Autorités comprennent que la résiliation du PE entraînera aussi la résiliation de toutes les procédures de mise en œuvre établies en vertu du présent PE.

(e) Même si le présent PE est résilié, les Autorités continueront de s'acquitter des obligations liées aux approbations ou aux certifications émises préalablement à la résiliation dans le but d'atténuer les éventuelles répercussions sur les titulaires desdites approbations et certifications.

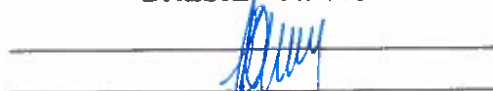
Signé en deux exemplaires, en anglais, en français et en portugais, chaque version étant également valide. En cas de différend relatif à l'interprétation du présent document, la version anglaise prévaudra.

POUR TRANSPORTS CANADA –  
AVIATION CIVILE



Nicholas Robinson  
Director General, Civil Aviation

POUR L'AGENCE NATIONALE  
DE L'AVIATION CIVILE DU  
BRÉSIL – ANAC



José Ricardo Patara Botelho de  
Queiroz  
Director-President

Signé à OTTAWA  
le 25 Nov 2018

Signé à Brasília  
le 16 Nov 2018